

Retranca	Redator	Cliente	Lauda
Corpo	Tipo	Medida	

O ESTADO DE S. PAULO

"ECONOMIA"
SÃO PAULO - SP
01.11.97

CRISE NO MERCADO FINANCEIRO

Fiesp prevê custo de empresas 50% maior

Para diretor da entidade, se juro permanecer alto por muito tempo, será mortal para a indústria

ISABEL DIAS DE AGUIAR

Empresas de primeira linha, que vinham pagando taxas de juros entre 20% e 30% ao ano, deverão ter os custos financeiros elevados para entre 40% e 50%, os mais altos do mundo, segundo alguns empresários. Será mortal para a indústria caso esse aperto na política de juros for mantido por muito tempo, acreditam. As importações serão estimuladas e o País perde competitividade diante dos concorrentes estrangeiros até em seu próprio mercado, afirmou o diretor do Departamento de Economia da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp), Boris Tabacof.

Os efeitos da medida, considerada amarga, mas acertada, e inevitável pela maioria dos empresários e só deverão ser sentidos no médio prazo, caso o governo não a cancele rapidamente. "É quase

certo que o governo estancará a hemorragia, representada pela fuga maciça de capitais", declarou Tabacof. A elevação dos juros tem o objetivo de sanear uma crise externa, mas o diretor da Fiesp lembra que atinge o setor produtivo, que não precisava de remédio nenhum.

Tabacof não acredita que seja intenção do governo provocar deliberadamente recessão. "O saco de maldades a que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, se referiu não inclui recessão e isso nos leva a acreditar que as autoridades monetárias vão rever as taxas de juros tão logo isso seja possível", afirmou.



Paula Prandini/AE

Tabacof: "É quase certo que o governo estancará a hemorragia"



EMPRESÁRIO
NÃO VÊ PLANO
RECESSIVO DO
GOVERNO

Caso isso não ocorra em tempo hábil, o resultado dessa medida drástica, segundo o vice-presidente do Ciesp, Mário Bernardini, será o recrudescimento do desemprego, da inadimplência, da economia informal e do processo de mortalidade de empresas.

"O governo deverá defender o real até o último emprego industrial e a última indústria", exagerou Bernardini, ao explicar que é o setor industrial a principal vítima da elevação dos juros.

A alta dos custos financeiros não deverá afetar o mercado imobiliário em curto prazo, segundo o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon), Eduardo Zaidan.

"A maioria das construtoras trabalha com dinheiro carimbado", afirmou, referindo-se ao fato de as empresas do setor aplicarem os recursos nas obras na mesma velocidade em que seus clientes pagam as mensalidades.

Sebrae recomenda cautela

Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa avalia que hora é de manter distância dos bancos

JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES

As pequenas e microempresas devem evitar os bancos, pelo menos enquanto o cenário não ficar mais claro. A recomendação é do diretor de Crédito do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), Dráusio Vitiello. Como devem fugir dos bancos, provavelmente os pequenos e microempresários devem fugir também de outras alternativas, como o factoring. "É preciso ter tranquilidade, não tomar decisões afoitas e esperar para ver se haverá oferta de recursos e a que preço", disse. Uma de suas esperanças é que o governo crie alguma medida especial para as pequenas e microempresas.

Segundo ele, as medidas do

Construção civil acredita que pode sair beneficiada

Empresários do setor acreditam que investidor mais conservador pode voltar a aplicar em imóveis

DENIZE BACOCINA

Empresários do mercado imobiliário acham que o setor pode até ser beneficiado com a crise nas bolsas de valores, ao contrário do que deve ocorrer com o comércio. "O investidor mais conservador vai ficar com medo e voltar a aplicar

em imóvel", afirma o vice-presidente do Sindicato da Habitação (Secovi), Cláudio Bernardes.

A alta das taxas de juros tem pouca influência nos financiamentos imobiliários, segundo ele. "O setor não trabalha com taxas financeiras, mas com índices de inflação, que tendem a cair neste momento", diz ele.

Só devem subir as prestações dos financiamentos bancários, que variam pela TR (taxa referencial). Os imóveis financiados diretamente pelas construtoras — que representam 70% das vendas dos novos — são corrigidos por índices de inflação.

O presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), Roberto Capuano, também aposta no aumento da procura, mas não acredita em aumento da taxa de juros nesses financiamentos. "O Sistema Financeiro de Habitação recebe dinheiro da poupança, que é uma captação barata, e os créditos obitos pelas construtoras são de longo prazo e já estão alocados", diz Capuano. "No curto prazo muda pouco; só se a crise piorar." O imóvel, diz, vai passar a ser visto como um investimento mais seguro.

O Secovi lançou em outubro uma grande campanha de valorização do mercado imobiliário, divulgando os direitos garantidos pela lei 4.591, de 1964. A primeira fase é de esclarecimento sobre a lei, além de indicações de como proceder para se proteger na compra de um imóvel em construção.

Na segunda fase, o Secovi vai estimular as vendas, mostrando o imóvel como investimento seguro. Nesse sentido, a crise das bolsas pode até ajudar, na avaliação do vice-presidente do Secovi. "Sobra a lição de que imóvel é reserva de valor e papel é papel", diz Bernardes.

SETOR ESPERA
QUE GOVERNO
CRIE
BENEFÍCIOS

governo atingem o segmento de duas formas. A primeira é que os bancos vão ficar muito mais seletivos na concessão do crédito. Dificuldades ainda maiores estão na área de custos, que vão atingir de forma direta o bolso do empresário. "Depois de selecionar, os bancos vão exigir mais que a capacidade do empresário tem de pagar", disse Vitiello.

O que ninguém ainda pode prever é que taxa os bancos vão cobrar para conceder esses créditos de curto prazo. Antes da parca, o Banco do Brasil cobrava 1% ao mês mais Taxa Referencial. Outros bancos cobravam juros de 3,40% ao mês.

Como a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não foi alterada, os recursos para investimentos estão garantidos pelo mesmo preço de antes, lembrou Vitiello. O limite por empresa é de R\$ 90 mil. (Agência Estado)

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20